

**JAQUELINE FONSECA RODRIGUES
(ORGANIZADORA)**

ELEMENTOS DA ECONOMIA 2

Atena
Editora

Ano 2019

Jaqueline Fonseca Rodrigues

(Organizadora)

Elementos da Economia 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Karine de Lima

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E38	Elementos da economia 2 / Organizadora Jaqueline Fonseca Rodrigues. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Elementos da Economia; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-319-4 DOI 10.22533/at.ed.194191405 1. Economia. 2. Economia – Política e governo. I. Rodrigues, Jaqueline Fonseca. II. Série. CDD 330.2
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A edição do volume 1 – **Elementos da Economia 2** traz em sua essência o entendimento da economia e a familiarização com os termos envolvidos na área de economia.

Pode-se enfatizar que a **Economia** faz parte das ciências sociais que estudam fenômenos que ocorrem na esfera da estrutura econômica, ou em outras esferas que terminam por afetar a estrutura econômica.

A economia é considerada uma **ciência social** porque a **ciência social** estuda a organização e o funcionamento das sociedades assim, pode-se dizer que a **Ciências Econômicas** ocupam-se do comportamento humano, e estudam como as pessoas e as organizações na sociedade se empenham na produção, troca e consumo dos bens e serviços.

O surgimento de “**falhas de mercado**” pode ocorrer devido ao fato de os agentes econômicos envolvidos não contabilizarem os impactos sociais das escolhas econômicas efetuadas, normalmente derivadas de decisões políticas provenientes de estudos econômicos. Através do vasto estudo econômico as políticas micro e macroeconômicas tendem a inserirem outras partes do complexo contexto social, os quais não foram inseridos em momentos decisórios da formulação e aplicação de estas.

Nota-se a elevada importância da inclusão de temas que englobem aspectos sociais e setor público, visando a constituição de uma sociedade que possa promover justiça, igualdade, que seja bem-sucedida e desta maneira, organizada.

Conforme os contextos exibidos, o objetivo deste livro é a condensação de formidáveis pesquisas envolvendo a esfera social e o setor público de modo conjunto através de instrumentos que os estudos econômicos propiciam.

O principal destaque dos artigos é uma abordagem de Elementos da Economia, através da apresentação de sistemas de informação em saúde, agricultura familiar, acordos comerciais, análises financeiras, mercado de trabalho, os quais destacam as aplicações práticas e metodológicas, além da contribuição para que se interprete as relações econômicas, sociais e de cunho político.

A preferência pela escolha efetuada inclui as mais diversas regiões do país e aborda tanto questões de regionalidade quanto fatores de desigualdade promovidas pelo setor econômico brasileiro.

Necessita-se destacar que os locais escolhidos para as pesquisas exibidas, são os mais variados, o que promove uma ótica diferenciada na visão da ciência econômica, ampliando os conhecimentos acerca dos assuntos apresentados. A relevância ainda se estende na abordagem de proposições inerentes ao Desenvolvimento Regional e Territorial; Gestão da Produção e Inovação, envolvendo Agroecologia, apresentando questões relativas à sociedade e ao setor público.

Enfim, esta coletânea visa colaborar imensamente com os estudos Econômicos,

Sociais e de Políticas Públicas, referentes ao já destacado acima.

Não resta dúvidas que o leitor terá em mãos respeitáveis referenciais para pesquisas, estudos e identificação de cenários econômicos através de autores de renome na área científica, que podem contribuir com o tema. Além disso, poderá identificar esses conceitos em situações cotidianas e num contexto profissional.

Jaqueline Fonseca Rodrigues
Mestre em Engenharia de Produção pelo PPGEP/UTFPR

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A INTEROPERABILIDADE DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE COMO PROPOSTA DE INOVAÇÃO EM SAÚDE	
Flávia Emília Cavalcante Valença Fernandes Rosana Alves de Melo Saulo Bezerra Xavier Ana Lúgia Passos Meira Jobson Maurilio Alves dos Santos Maria Grasiela Alves de Figueiredo Lima Roseane da Silva Lemos	
DOI 10.22533/at.ed.1941914051	
CAPÍTULO 2	9
A PERCEPÇÃO DOS MORADORES DAS CIDADES DE PETROLINA-PE E JUAZEIRO-BA ACERCA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO VALE DO SÃO FRANCISCO	
Murilo Campos Rocha Lima Renata Marques de Menezes Mota Fernanda Quintanilha da Silva Andréia Cipriano de Menezes	
DOI 10.22533/at.ed.1941914052	
CAPÍTULO 3	24
ANÁLISE DOS IMPACTOS ECONÔMICOS NAS MACRORREGIÕES BRASILEIRAS DOS ACORDOS DE LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL ENTRE BRASIL E CHINA	
Angélica Pott de Medeiros Daniel Arruda Coronel Reisoli Bender Filho	
DOI 10.22533/at.ed.1941914053	
CAPÍTULO 4	36
ANÁLISE FINANCEIRA E ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE CATALÃO-GO: UM ESTUDO DE CASO	
Márcio do Carmo Boareto Euclides Fernandes dos Reis Vanessa Bitencourth dos Santos Sara da Costa Fernandes Vagner Rosalem	
DOI 10.22533/at.ed.1941914054	
CAPÍTULO 5	44
CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DA AGROINDÚSTRIA BRASILEIRA NOS ANOS 2006 A 2015	
Bruna Costa de Paula Adriana Estela Sanjuan Montebello	
DOI 10.22533/at.ed.1941914055	

CAPÍTULO 6	61
COMÉRCIO EXTERIOR E POLÍTICA COMERCIAL NO BRASIL: REFLEXÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS ACERCA DA INSERÇÃO INTERNACIONAL BRASILEIRA	
Tobias de Paula Lima Souza Lucas Ayres Costa	
DOI 10.22533/at.ed.1941914056	
CAPÍTULO 7	84
COMPETITIVIDADE DO SETOR AUTOMOBILÍSTICO BRASILEIRO NO MERCOSUL	
Patricia Kischner Cristiane Ivete Bugs Vione Andressa Neis Luana Rigo	
DOI 10.22533/at.ed.1941914057	
CAPÍTULO 8	96
DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL: UMA ANÁLISE PARA A REGIÃO SUL- FRONTEIRA NO PERÍODO DE 2000 A 2010	
Natalia Bogado Balbuena Vinícius Vasconcelos Braga Yhulds Giovani Pereira Bueno	
DOI 10.22533/at.ed.1941914058	
CAPÍTULO 9	109
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL: ANÁLISE DA HETEROGENEIDADE SOCIOECONÔMICA NO TERRITÓRIO DAS ÁGUAS EMENDADAS	
Karina Palmieri de Almeida Clesio Marcelino de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.1941914059	
CAPÍTULO 10	123
DINÂMICA DAS COMPRAS PÚBLICAS PARA O PNAE DIRETAMENTE DO AGRICULTOR FAMILIAR: ESTUDO DE CASO EM MUNICÍPIOS DA PARAÍBA	
Jucimar Casimiro de Andrade Fernando Salvino da Silva Larissa Petrusk Santos Silva Rodolfo Donizeti C. de Albuquerque Rocha Robson José Silva Santana	
DOI 10.22533/at.ed.19419140510	
CAPÍTULO 11	141
EFEITO DA FINANCEIRIZAÇÃO SOBRE A PRODUTIVIDADE DO TRABALHO	
Luccas Assis Attílio	
DOI 10.22533/at.ed.19419140511	
CAPÍTULO 12	159
FINANCIAMENTO DO TRATAMENTO ONCOLÓGICO EM PERNAMBUCO: UMA ANÁLISE DOS HOSPITAIS PRIVADOS E PÚBLICOS DA REDE SUS	
Ivaldo Dantas de França Roseane da Silva Lemos Tiago Rafael de Sousa Nunes Maira Galdino da Rocha Pitta	

Moacyr Jesus Barreto de Melo Rêgo

DOI 10.22533/at.ed.19419140512

CAPÍTULO 13 168

GASTOS PÚBLICOS ESTADUAIS EM EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO MÉDIO

Francisco Antonio Sousa De Araujo

José Fernando Frota Cavalcante

Jose Maria Da Cunha Junior

Paulo De Melo Jorge Neto

DOI 10.22533/at.ed.19419140513

CAPÍTULO 14 185

IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO DE GESTÃO DA PRODUÇÃO DO CAFÉ POR INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

Luisa Amelia Paseto

Luísa Paseto

Aloísio dos Santos Espindola

Felipe Bellodi Bellini

DOI 10.22533/at.ed.19419140514

CAPÍTULO 15 199

IMPLANTAÇÃO DOS NÚCLEOS DE ECONOMIA DA SAÚDE NOS HOSPITAIS ESTADUAIS – O CASO DE PERNAMBUCO, BRASIL, 2016

Inês Eugênia Ribeiro da Costa

Roseane da Silva Lemos

Priscila Rossany de Lira Guimarães Portella

Geraldo Eduardo Vieira de Barros Puça

Ana Claudia Callou Matos

DOI 10.22533/at.ed.19419140515

CAPÍTULO 16 209

INOVAÇÃO E MUDANÇA ESTRUTURAL NA DINÂMICA CAPITALISTA: UMA ABORDAGEM EVOLUCIONÁRIA

Flávia Félix Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.19419140516

CAPÍTULO 17 225

INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ABORDAGEM INSTITUCIONALISTA

Sivanildo José de Almeida

Ricardo Lacerda de Melo

Fernanda Esperidião

DOI 10.22533/at.ed.19419140517

CAPÍTULO 18 241

INTERFACES TEÓRICO-ANALÍTICAS ENTRE ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Kátia de Fátima Vilela

Alair Ferreira de Freitas

Rodney Alves Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.19419140518

CAPÍTULO 19	263
O COMERCIO E A PRODUÇÃO DE CARNE EQUINA NO BRASIL	
Brenda Alves dos Santos	
Camila Raineri	
Eleonice Aparecida dos Santos Alves	
Mahara Moreira Marquez	
DOI 10.22533/at.ed.19419140519	
CAPÍTULO 20	275
O DESEMPENHO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS NO PERÍODO RECENTE: 2005 -2016	
Raquel Pereira de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.19419140520	
CAPÍTULO 21	287
O PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA COMO INOVAÇÃO PARA REDUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL	
Ana Lígia Passos Meira	
Flávia Emília Cavalcante Valença Fernandes	
Saulo Bezerra Xavier	
DOI 10.22533/at.ed.19419140521	
CAPÍTULO 22	294
POBREZA EM SUAS MULTIDIMENSÕES: UMA ANÁLISE ECONOMETRICA DA REGIÃO NORDESTE DO RIO GRANDE DO SUL	
Ohanna Larissa Fraga Pereira	
Caroline Lucion Puchale	
DOI 10.22533/at.ed.19419140522	
CAPÍTULO 23	307
PREVISÕES DO PREÇO DA ARROBA DO BOI GORDO: UM APLICAÇÃO DO MODELO ARIMA EM FUTUROS AGROPECUÁRIOS	
Paulo Fernando Taveira Maselli	
Sabrina Soares da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.19419140523	
CAPÍTULO 24	318
PRINCÍPIOS AGROECOLÓGICOS E SOLIDÁRIOS NA COMUNIDADE BARRO, SERRINHA-BA: FAZENDO PESQUISA-AÇÃO COMO PROCESSO EDUCATIVO	
Edeilson Brito de Souza	
Glauciane Pereira dos Santos	
Iaçanan Carneiro de Jesus	
Carla Teresa dos Santos Marques	
Heron Ferreira Souza	
DOI 10.22533/at.ed.19419140524	
CAPÍTULO 25	332
REDUÇÃO DE CUSTOS NO SETOR DE NUTRIÇÃO DE UM HOSPITAL REGIONAL A PARTIR DA INTERVENÇÃO DO NÚCLEO DE ECONOMIA DA SAÚDE	
Bruna Maria Bezerra de Souza	
Angélica Barbosa Arruda Patriota	
Inês Eugênia Ribeiro da Costa	
Roseane da Silva Lemos	

CAPÍTULO 26 338

REGULAÇÃO E PERCEPÇÃO DA QUALIDADE E CONSUMO DO QUEIJO DE COALHO ARTESANAL NO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Girleno Costa Pereira

DOI 10.22533/at.ed.19419140526

CAPÍTULO 27 354

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA: TEMPO GASTO E NECESSIDADE NA PERCEPÇÃO DOS ENFERMEIROS

Jobson Maurilio Alves dos Santos

Flavia Emilia Cavalcante Valença Fernandes

Mayra Cavalcante do Nascimento

Milena Souza dos Santos

Palloma Lopes de Arruda

Rafaela de Oliveira Xavier

Rosana Alves de Melo

DOI 10.22533/at.ed.19419140527

CAPÍTULO 28 361

SUSTENTABILIDADE EM AGROINDÚSTRIAS: ALTERNATIVAS PARA EVITAR O DESPERDÍCIO DE RESÍDUOS AGROINDUSTRIAIS DO PEDÚNCULO DE CAJU - UMA REVISÃO DE LITERATURA

Wesley Fernandes Araújo

Lindalva de Moura Rocha

Inês Maria de Souza Araújo

Gabriela Almeida de Paula

Leanne Silva de Sousa

Matheus Fernandes Folha

Luciano Borges da Rocha Filho

Reijaner Vilanova Araújo

DOI 10.22533/at.ed.19419140528

CAPÍTULO 29 383

COMPARAÇÃO DE ORÇAMENTOS ENTRE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL CONVENCIONAIS E NÃO CONVENCIONAIS DE UM PROJETO DE RESIDÊNCIA OFERECIDO PELA COHAB DE SANTA CATARINA COM APLICAÇÃO NA REGIÃO DE RIO-MAFRA

Eduardo Francisco Pimentel

Olaf Graupmann

DOI 10.22533/at.ed.19419140529

SOBRE A ORGANIZADORA..... 397

INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ABORDAGEM INSTITUCIONALISTA

Sivanildo José de Almeida

Mestrando do Programa Acadêmico de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Sergipe, NUPEC/UFS. Bolsista da Fundação de Apoio à Pesquisa e Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe – FAPITEC/SE.
Email: sivanildoalmeida@gmail.com

Ricardo Lacerda de Melo

Professor Associado do Departamento de Economia e Programa Acadêmico de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Sergipe, NUPEC/UFS. Email: rlacerda.economia.ufs@gmail.com

Fernanda Esperidião

Professora Associada do Departamento de Economia e Programa Acadêmico de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Sergipe, NUPEC/UFS. Email: nandaesper16@gmail.com

RESUMO: Uma das vertentes mais difundidas nos anos recentes para explicar o desenvolvimento econômico tem sido a teoria institucionalista, originalmente desenvolvida por Thorstein Veblen e expandida por Douglass North, este, que marca toda a nova economia institucional. A chave para se entender o desenvolvimento econômico dos diversos países ao longo do tempo, segundo essa linha de pesquisa, está no estudo da dinâmica e mudança institucional dessas economias.

Assim, o objetivo deste artigo é analisar a teoria institucional, desde o antigo ao novo institucionalismo para compreender como esta vislumbra o desenvolvimento econômico das nações. Para isso, faz-se uso de uma vasta pesquisa bibliográfica, a fim de contextualizar a abordagem institucionalista, incorporando ideias de diversos autores. As principais conclusões são que a teoria institucional fornece grandes bases para o desenvolvimento econômico dos países e, portanto, se uma nação deseja alcançar um crescimento e desenvolvimento de longo prazo sustentado, é importante considerar todo aparato institucional de seu país e, traçar as mudanças institucionais necessárias que conduzam ao desenvolvimento almejado.

PALAVRAS-CHAVE: Instituições; Mudança Institucional; Desenvolvimento Econômico.

ABSTRACT: One of the most widespread trends in recent years to explain economic development has been the institutionalist theory, originally developed by Thorstein Veblen and expanded by Douglass North, which marks the whole new institutional economy. The key to understanding the economic development of the various countries over time, according to this line of research, is the study of the dynamics and institutional change of these economies. Thus, the purpose of this article is to analyze institutional theory, from the old to

the new institutionalism to understand how it envisions the economic development of nations. For this, a vast bibliographical research is used, in order to contextualize the institutionalist approach, incorporating ideas from several authors. The main conclusions are that institutional theory provides a broad basis for the economic development of countries, and therefore, if a nation wishes to achieve sustained long-term growth and development, it is important to consider every institutional apparatus of its country and to chart the institutional changes development.

KEYWORDS: Institutions; Institutional Change; Economic development.

1 | INTRODUÇÃO

A teoria institucional ou institucionalismo é uma corrente do pensamento econômico que surgiu nos EUA no início do século XX, impulsionada principalmente pelos escritos de Thorstein Veblen e, posteriormente, por Douglass North. Sua abordagem concentra-se na compreensão do papel das instituições na moldagem do comportamento econômico.

Estudar o papel das instituições no desenvolvimento econômico é analisar seu papel no funcionamento do sistema econômico. A forma como o sistema econômico funciona, e como as instituições ajudam a organizá-lo, indica como esse sistema pode se desenvolver. Considera-se como hipótese inicial que, todo sistema econômico, sendo de um país desenvolvido ou em desenvolvimento, se depara com um problema comum: como coordenar as atividades econômicas que empregam os recursos disponíveis, de forma a aumentar o bem-estar social, reduzindo os conflitos naturalmente gerados pela atividade econômica? (FIANI, 2011)

Logo, com vistas a promover a cooperação e diminuir os conflitos, afirma o autor, é necessário que a sociedade venha a elaborar normas, regras e leis, isto é, instituições, de modo a aumentar a coordenação entre as atividades econômicas. Portanto, diante deste problema central nos países, é que a teoria institucionalista atua e propõe mecanismos para resolvê-lo. Por essa razão é importante compreendê-la.

Conforme Schmid (2004), as pessoas são interdependentes, ou seja, o modo de vida de uma pessoa é afetado pelas ações de outras e, como todo indivíduo tem interesses, objetivos e experiências diferentes, sempre há a possibilidade de conflito. A coordenação da atividade influencia o resultado econômico e o interesse em cooperar. Assim, as instituições fornecem ordem e previsibilidade às transações humanas.

Por conseguinte, de acordo com Fiani (2011), os fatores de produção do sistema econômico (terra, capital e trabalho) não se combinam sozinho, são as instituições que fornecem as regras/leis que regem e organizam esses fatores, gerando bens e serviços que aumentam a satisfação dos indivíduos. Ressalta ainda que, a depender das instituições do país, elas podem ajudar de modo a viabilizar essa combinação de fatores ou desestabilizá-la.

No entanto, o autor assegura que muito embora esses problemas de alocação

de recursos, de forma mais eficiente, esteja presente em todas as economias do mundo, eles são muito maiores nos países em desenvolvimento, pois, países dessa natureza são marcados por conflitos. Por isso, ressaltar o papel das instituições é tão significativo para o crescimento e desenvolvimento econômico. Assim, o papel das instituições é colocado no centro do funcionamento do sistema econômico e, portanto, da análise que tenta explicar como as regras de uma determinada sociedade ajudam ou dificultam a cooperação no funcionamento desse sistema, reduzindo ou aumentando os conflitos.

Podemos estudar as instituições tanto no âmbito micro como na esfera macro, como indicado por Toye (1995), para ele as instituições desempenham dois papéis distintos que auxiliam na compreensão do crescimento e desenvolvimento das nações: o papel “micro”, que é permitir identificar o arranjo institucional mais adequado para determinada transação ou setor econômico, por exemplo, identificar se uma determinada atividade deveria ser realizada por agentes privados ou por empresas públicas, bem como o papel “macro”, que é discutir como surgem e evoluem as instituições coordenadoras das interdependências, as quais organizam a sociedade, especialmente no que diz respeito à produção, distribuição e apropriação da riqueza gerada.

Dessa forma, consideram-se como boas instituições, aquelas que venham a ser instrumentos na promoção aos incentivos corretos, isto é, quanto mais o indivíduo trabalhar mais terá certeza de que o produto do seu trabalho retornará para si através do aumento do seu próprio bem-estar econômico e social. Por outro lado, instituições ineficientes, se mostram como promovedoras de corrupção e ineficiência, recompensando os menos aptos e, acabam por punir os indivíduos que se esforçam por uma sociedade melhor (SACHSIDA & MACHADO, 2008).

Assim, gradualmente as instituições passam a se tornar relevantes para obter respostas sobre as disparidades entre os países, sobretudo, na discrepância dos níveis de riqueza entre eles. Procurando responder a esses questionamentos, Acemoglu e Robinson (2012) demonstram que são as instituições políticas e econômicas que estão por trás do êxito econômico dos países ou da falta dele. Afirmam ainda que, os países só escapam à pobreza quando dispõem de instituições adequadas que fomentem a igualdade entre os agentes econômicos.

Nesse sentido, o atual estudo tem por objetivo analisar a teoria institucionalista, bem como seus adeptos para compreender como eles vislumbram o papel das instituições no desenvolvimento econômico dos países, com ênfase, principalmente, nos trabalhos de Douglass North, que é um grande expoente desta teoria. Para isso, faz-se uso de uma ampla pesquisa bibliográfica, de modo a contextualizar a abordagem institucional, expondo a visão de diversos autores sobre o tema.

O artigo está organizado em seis seções, incluindo esta introdução. Na seção 2, temos um breve apanhado do que a literatura considera como antigo e o novo institucionalismo, e as diferenças entre eles. Na seção seguinte apresentam-se as

principais contribuições de Douglass North e todo modelo por ele desenvolvido. A seção 4, contempla as ideias centrais de Acemoglu e Robinson que abordam as análises mais recentes nesse assunto e, a seção 5, apresenta algumas críticas a essa teoria. Por fim, a última seção, traz as considerações finais deste trabalho.

2 | PRINCIPAL EXPOENTE DO ANTIGO E DO NOVO INSTITUCIONALISMO

A teoria institucionalista de Thorstein Veblen e Douglass North vem contribuir para a discussão sobre o papel das instituições no crescimento e desenvolvimento econômico das nações. Sob essa perspectiva, a discussão gira em torno de como a mudança institucional afeta o modo de vida das pessoas e da produção nas diferentes nações.

De acordo com Hodgson (2007), os precursores do estudo nessa área são autores da corrente teórica denominada de “antigo institucionalismo” e, se referem, principalmente, aos trabalhos desenvolvidos por Thorstein Veblen. Apesar da sua importância teórica, o antigo institucionalismo acabou esquecido no período entre guerras, que compreende 1918 – 1939, quando os Estados Unidos da América emergiam como grande potência mundial.

Segundo o autor, seu declínio teórico abriu espaço a partir dos anos 1960, outros estudiosos que procuraram incorporar o papel das instituições na teoria econômica, surgindo à corrente denominada “novos institucionalistas”, com Douglass North despontando como um dos principais representantes.

Nesse contexto, Lopes (2013) afirma que o antigo institucionalismo se desenvolveu a partir de uma forte crítica à teoria neoclássica, principalmente às suas análises reducionistas e estáticas, isto é, o enfoque no equilíbrio ao invés da mudança. Por outro lado, o novo institucionalismo, ao mesmo tempo em que critica a teoria tradicional, mantém-se preso ao seu núcleo teórico, reconhecendo suas limitações e tentando incorporar elementos mais consistentes na explicação dos problemas econômicos como, por exemplo, focando a ideia de instituições para além de direitos de propriedade e regras formais.

Portanto, Douglass North define instituições como regras do jogo ou normas formais e informais, já no institucionalismo de Thorstein Veblen as instituições são essencialmente formas de pensar compartilhadas na sociedade. Assim, em North, para avançar na compreensão do desempenho econômico, é necessário passar pela análise da interação das instituições com os mercados. Sob a ótica do institucionalismo de Veblen, as instituições não estão unicamente voltadas para esse fim. (LOPES, 2013)

Em conformidade com Hodgson (2006), a diferença fundamental entre os dois autores, North e Veblen, encontra-se na ênfase e no sentido de causalidade: (i) Enquanto para North as instituições têm um papel muito mais importante no sentido de restringir as ações dos agentes e aplicar-lhes punições caso se desviem do que está

proposto; (ii) No institucionalismo de Veblen, as instituições emergem dos indivíduos e as regras somente funcionam porque são incorporadas aos hábitos.

Assim sendo, a importância das ideias de North, cujo conceito tem no cerne o papel das instituições como um dos pilares para o desenvolvimento econômico, atualmente desponta como importante instrumento para estudos a nível mundial acerca do assunto. Portanto, visto as principais diferenças entre a antiga e a nova vertente do institucionalismo, é oportuna a retomada das ideias de Douglass North o qual é considerado autor principal nesse campo de estudo.

3 | DOUGLASS NORT E SUAS CONTRIBUIÇÕES

Douglass North (1920-2015) foi um economista estadunidense, considerado um dos fundadores da nova economia institucional, sendo laureado com o Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel de 1993 pelas suas grandes contribuições com relação às instituições e o desenvolvimento econômico dos países.

De acordo com Toyoshima (1999), a inquietação de North está em tentar explicar as diferenças de desenvolvimento econômico entre os países, procurando entender quais fatores conduzem a convergência e quais a ampliam em termos de desempenho econômico. Em North (1991), a chave dessa questão está na evolução das instituições. Assim, para explicar o funcionamento da sociedade como um todo, ele constrói uma teoria das instituições, partindo da combinação de uma teoria de comportamento humano e da teoria dos custos de transação.

Pela definição de North (1991), as instituições são restrições que orientam o comportamento das pessoas, resultando na melhora da convivência de toda sociedade. North classifica as instituições em duas categorias: (i) Do tipo formal, ou seja, formalizadas em documentos escritos na forma de regras, leis e na constituição que em geral são impostas pelo Estado. (ii) Do tipo informal, isto é, moral, como regras de comportamento que são consolidadas pelo hábito e pela cultura de uma sociedade, e, com isso, são respeitadas sem que os indivíduos se deem conta. Essas regras, as pessoas aderem para melhor conviver socialmente.

Diante dessa perspectiva, Piaia (2013) ressalta que as instituições formais e informais se complementam na criação dos resultados econômicos, sendo assim, qualquer medida ou projeto, para que seja eficiente, deve levar em consideração a interação já existente no cerne de ambas.

North (2018) compara a ação das instituições com um juiz em um jogo qualquer, isto é, no jogo existem regras formais (por escrito) e também em códigos de conduta comumente subentendido que respaldam e suplementam as regras formais, com o preceito de não machucar o jogador adversário. E, quando as regras e os códigos são quebrados, aplica-se uma penalização. Assim também ocorre nas instituições do país, quando um indivíduo não obedece às regras formais e informais, ele sofre punições por não ter obedecido.

Dessa forma, como em um jogo qualquer, os jogadores buscam não infringir as regras com receio à punição, essa condição também deve ser aplicada no que se referem às instituições, elas devem ser suficientemente fortes para que os indivíduos pensem bem antes de violá-las. Nessa analogia, assim como um bom juiz faz com que as regras sejam cumpridas para que ocorra um bom jogo, também as instituições moldam todo o caráter da dinâmica econômica, de modo que boas instituições incentivam a cooperação dos agentes.

Assim, Toyoshima (1999) salienta que o papel das instituições seria o de reduzir as incertezas existentes no ambiente, criando estruturas estáveis que controlem a interação entre os indivíduos. Todavia, isso não significa que a estrutura institucional seja eficiente ou que não se modifique, pelo contrário, os diferentes padrões de desenvolvimento dos países encontram explicação nos processos de evolução de suas instituições, de forma que determinadas instituições conduzem a desempenhos favoráveis, e outras não. Para North (1991), o desempenho econômico das sociedades resultará sempre, em última análise, de suas mudanças institucionais.

De acordo com Gala (2003), muitos teóricos do crescimento econômico acreditam que a chave para a falta de crescimento consiste no avanço tecnológico e na acumulação de capital. Para North (1991), o cerne da questão está nas regras que estimulam ou inibem as atividades, nesse sentido, são as condições institucionais do país que permitem o maior ou menor avanço nesses processos, ou seja, a grande distância que ele observa entre países pobres e ricos encontra-se muito mais em diferenças entre matrizes institucionais que em problemas de acesso às tecnologias.

Para North (1998), no contexto econômico, as organizações são tratadas normalmente como firmas, que se utilizam da matriz institucional para alcançar seus objetivos. Se essa matriz estimula os ganhos produtivos, as empresas e organizações serão promotoras do desenvolvimento. Caso contrário, as empresas procurarão manter sua subsistência em atividades pouco férteis.

A matriz institucional influencia diretamente o desempenho econômico dos países de duas formas: reduzindo os custos de transação e reduzindo os custos de produção. Instituições que levam a um desempenho favorável da sociedade seriam aquelas que conseguissem reduzir os custos de transação para o pleno funcionamento do mercado. (TOYOSHIMA, 1999)

O argumento de North (1990) é que os agentes são dotados de racionalidade limitada, ou seja, não são capazes de conter e nem processar todas as informações. Os mercados são imperfeitos, de modo que as informações são conhecidas de forma assimétricas pelos agentes, o que os coloca em situações de desigualdade para eventuais trocas. Assim, essas características do mundo real requerem um estudo com base na racionalidade limitada dos agentes e implicam que estes vão procurar formas de obter as informações necessárias para fazer a melhor escolha possível e, também, se assegurar de que os contratos estabelecidos para as trocas sejam cumpridos.

Além disso, todas as informações e a segurança quanto ao cumprimento dos

termos de troca, só serão obtidos mediante um custo de transação. A existência de custos de transação diferentes de zero implica, o surgimento de instituições de naturezas variadas que vão permitir a redução desses custos, de forma que os agentes maximizem seus ganhos. Portanto, as instituições são endógenas e fundamentais para explicar o desenvolvimento das economias. (NORTH, 1990)

Deste modo, Toyoshima (1999) indica que as questões fundamentais que a teoria de North procura responder é: (i) Uma vez que os custos em obter informações caíram, por que não há convergência entre as economias? E, (ii) Uma vez conhecida a matriz institucional vencedora, isto é, aquela referente ao país mais adiantado, por que os países de desempenho inferior não a adotam?

A resposta para essas questões, segundo North (1990), encontra-se em dois conceitos básicos: o *path dependence* e *lock in*. O primeiro, em tradução literal, seria, “dependência de caminho”, que trataria do caminho de dependência das instituições dos países. O segundo, significa “trancar”, como algo que tranca internamente as instituições dos países. Todavia, em ambos os casos, optou-se por usar a terminologia em inglês para ser fiel ao conceito.

Apesar desses conceitos não pertencerem a North (1991), segundo ele, estes podem ser aplicados à mudança institucional, isto é, os dois fatores moldam todo o processo: a existência de retornos institucionais crescentes e mercados imperfeitos. Isso significa que uma vez escolhido um caminho, há a atuação dos mecanismos autorreforçantes que fazem com que a matriz institucional fique *locked in* e seja *path dependent*. Ou seja, mesmo que as instituições existentes não sejam as mais eficientes para gerar desenvolvimento econômico, como há retornos institucionais crescentes, a tendência é de que elas persistam.

Sobre essa natureza das instituições, North (1994) enfatiza que seu efeito é direto nos incentivos, pois geram expectativas nas decisões pessoais, e isso influencia no desenvolvimento dos países. Sendo assim, as firmas que são criadas refletirão as oportunidades oferecidas pela matriz institucional, por exemplo, se a estrutura institucional recompensa atividades produtivas, então organizações produtivas surgirão e se engajarão em atividades produtivas. Por outro lado, se as instituições vigentes recompensam atividades improdutivas e fraudulentas, então organizações condizentes com essa estrutura vão surgir e aderir a essas práticas.

Vale salientar que as mudanças institucionais ocorrem a partir dos arranjos já constituídos, como ilustração desse ponto, North (1994) utiliza o seguinte exemplo: a atividade de pirataria é apenas uma forma de distribuir a riqueza já existente, por meio do roubo, não uma atividade produtiva que melhora a eficiência do sistema. No entanto, de acordo com o sistema de incentivos de uma sociedade, esse tipo de atividade pode muito bem persistir se as instituições que garantem a existência da pirataria gerar retornos crescentes.

Com esse exemplo, ele mostra que as instituições desenvolvidas não são necessariamente eficientes para o desempenho econômico dos países, dado que os

arranjos institucionais são moldados, em grande parte, pelos interesses daqueles que possuem poder de barganha. Se este grupo (piratas) tem poder na sociedade, as instituições criadas servirão prioritariamente a seus interesses.

Uma vez criadas às instituições, os mecanismos autorreforçantes fazem com que as economias fiquem *locked in* em determinadas estruturas institucionais, mesmo que essas reforcem atividades improdutivas e fraudulentas, impedindo o desenvolvimento de atividades produtivas que melhorem o seu desempenho. Isto também está relacionado com os círculos virtuosos e viciosos das instituições, demonstrados por Acemoglu e Robinson (2012), os quais veremos mais a frente.

Com efeito, Piaia (2013) argumenta que para se ter instituições eficientes deve-se, sobretudo considerar a trajetória histórica dos países, principalmente, o caminho das instituições, essa história é muito importante, pois o que se vive hoje são frutos de nossas escolhas no passado, e influenciam as instituições do amanhã. Portanto, como os mecanismos autorreforçantes atuam, a ligação do passado com o presente e o futuro é dada pela história, e significa que as instituições apresentam características de *path dependence*.

Em conformidade com Toyoshima (1999), as relações entre regras formais e informais e suas diferenças também são importantes para explicar as mudanças institucionais. As restrições informais são estabelecidas, na maior parte, pelos traços culturais de uma sociedade e são importantes porque modificam e suplementam as regras formais. Nesse sentido, elas estão interligadas, sendo que as regras informais apresentam maior estabilidade ao longo do tempo porque estão enraizadas em traços culturais e, com isso, levam mais tempo para serem modificadas. Ao contrário das regras formais que podem ser rapidamente mudadas.

Esse ponto é importante para North (1990) explicar por que modificações rápidas nas regras formais tornam-se por vezes difíceis de serem cumpridas pela sociedade. Argumenta ainda que a imposição de regras formais nem sempre é possível quando os traços culturais (regras informais) são muito diferentes daquelas. Isso quer dizer que como as instituições mudam lentamente, não adianta impor regras formais porque os traços culturais ficarão latentes prontos para ressurgir a qualquer momento.

Com isso, North (1990) quer enfatizar que a mudança institucional é esmagadoramente incremental. A estrutura institucional vai se modificando no tempo como resultado de pequenas mudanças que vão ocorrendo nos incentivos que as pessoas recebem do ambiente, modificando aos poucos tanto as regras formais como as informais. Assim, as instituições dos países podem mudar, porém, isso se dá de forma lenta e, com isso, reforça-se a ideia de que adquirir instituições que estimulem o desenvolvimento econômico não é tarefa fácil e, nem tão pouco, rápida.

Segundo Toyoshima (1999), a resposta às questões iniciais sobre falta de convergência dos países e falta de difusão do melhor arranjo institucional pode ser dada, então, pelo próprio modelo. Ela afirma que o desempenho persistentemente pobre dos países do Terceiro Mundo é explicado pela evolução de suas matrizes

institucionais. Um país pobre possui uma estrutura institucional ineficiente, isto é, uma que não conseguiu reduzir muito os custos de transação.

Em qualquer sociedade, supõe-se que as instituições sejam criadas para reduzir incertezas de forma que os indivíduos consigam melhorar seus resultados, identificando as melhores alternativas. Numa economia cuja estrutura institucional é pouco desenvolvida, as incertezas são maiores, os indivíduos não conseguem identificar as melhores alternativas e, portanto, não podem melhorar seus resultados. (NORTH, 1990)

Assim, Toyoshima (1999) salienta que, uma vez escolhido um caminho institucional, os rendimentos institucionais crescentes implicam que o país fica *locked in* neste, como a matriz institucional evolui muito lentamente, torna-se difícil para a economia sair de um caminho e trilhar outro muito diferente e, possivelmente mais eficiente. Isto é reforçado pela estrutura de poder da sociedade, pois é bem certo que aqueles que têm maior poder de barganha irão se opuser às mudanças.

De outro lado, um país desenvolvido que possui uma estrutura institucional eficiente, de certo modo conseguiu reduzir as incertezas do mercado e, por sua vez, reduziu os custos de transação. Logo, em uma economia desenvolvida, os conceitos de *lock in* e *path dependence* não se verificam e o país em questão consegue lograr maior crescimento e desenvolvimento econômico. Essas questões, de acordo com o modelo de North (1990), mostram por que os países não irão necessariamente convergir e, por que, os países em desenvolvimento não conseguem simplesmente imitar os países desenvolvidos e suas instituições eficientes promotoras da prosperidade.

Ao pontuar a importância das instituições para o crescimento e desenvolvimento dos países, é de grande relevância discorrer sobre as recentes contribuições de Acemoglu e Robinson (2012), acerca da teoria institucional partindo da visão de North (1991).

4 | ACEMOGLU E ROBINSON: INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS E SUA NATUREZA INCLUSIVA E EXTRATIVA

A tese de Acemoglu e Robinson (2012) vai além das ideias de North (1991), pois tentam desenvolver parâmetros, reconhecendo que a grande dificuldade não é definir ou mesmo apontar quais instituições levam ao crescimento e desenvolvimento econômico, mas sim como adquiri-las.

A construção teórica de Acemoglu e Robinson (2012) enfatiza que as instituições podem ser inclusivas ou extrativas. Para serem inclusivas, as instituições devem incluir segurança da propriedade privada, sistema jurídico imparcial e uma gama de serviços públicos que proporcionem condições igualitárias para que as pessoas possam realizar intercâmbios e estabelecer contratos, além de possibilitar o ingresso de novas empresas e permitir a cada um escolher sua profissão. No sentido diametralmente oposto, têm-se instituições extrativas, que têm como características a extração de

renda e da riqueza de um segmento da sociedade para benefício de outro, geralmente, de uma elite.

Para melhor compreender o papel das instituições, este artigo se limita a analisar as instituições nas dimensões políticas e econômicas. Assim, de acordo com Acemoglu e Robinson (2012) temos que:

- As instituições políticas inclusivas seriam aquelas que promovem a pluralidade e a centralização política, elas serão inclusivas se atenderem a um conjunto amplo de diferentes interesses e representarem uma grande diversidade de atores políticos;
- Em contrastes, instituições políticas extrativas são criadas para proteger os interesses de uma elite privilegiada e para restringir a participação política a um grupo selecionado de atores.

Em outra esfera, os autores definem as instituições de natureza econômica, onde:

- Instituições econômicas inclusivas são aquelas que possibilitam e estimulam a participação da grande massa da população em atividades econômicas que façam o melhor uso possível de seus talentos e habilidades e permitam aos indivíduos fazer suas escolhas;
- Instituições econômicas extrativas se opõem às descritas anteriormente, por terem como finalidade a extração de renda e da riqueza de um segmento da sociedade para benefício de outro, geralmente, de uma elite.

Conforme Acemoglu e Robinson (2012), a política é o processo pelo qual uma sociedade escolhe as regras que vão governá-la. A política permeia as instituições pelo simples motivo de que, por melhores que as instituições inclusivas sejam para a prosperidade econômica de cada país, para certas pessoas ou grupos, por exemplo, para a elite do Partido Comunista da Coreia do Norte ou os latifundiários da cana-de-açúcar de Barbados colonial, se mostra mais vantajoso estabelecer instituições extrativas, já que estas concentram renda nas mãos de poucos.

Em suma, eles afirmam que sempre que houver conflito em torno das instituições, o que acontecer vai depender das pessoas ou grupos que vencerem o jogo político, quem conseguir mais apoio, obtiver mais recursos e formar alianças mais eficazes. Por isso, as instituições políticas de uma sociedade são determinantes cruciais do resultado do jogo.

Além disso, existe ainda na visão dos autores, uma forte sinergia entre as instituições econômicas e políticas. Isto é, as instituições políticas inclusivas tendem a ser acompanhadas de instituições econômicas também inclusivas, o mesmo ocorre com a natureza extrativa. Com efeito, essa relação de colaboração ou a falta dela entre instituições econômicas e políticas, tendem em resultar na formação de círculos virtuosos e viciosos entre as instituições.

O mecanismo de círculo virtuoso se apresenta como um poderoso instrumento no processo de retroalimentação positivo, os autores afirmam que, uma vez estabelecidas, as instituições políticas e econômicas inclusivas tendem a ampliar as chances de que essas instituições persistam e até mesmo se expandam.

Do mesmo modo, como os círculos virtuosos fazem as instituições inclusivas persistirem, os círculos viciosos criam forças poderosas em direção à manutenção das instituições extrativas. Ou seja, indica a possibilidade de poderem criar um poderoso processo de retroalimentação negativo, e esse movimento tende a produzir imensas desigualdades na sociedade e conferem grande riqueza e poder irrestrito para quem estiver no comando.

Aqui vale destacar que essa questão dos círculos apontados por Acemoglu e Robinson (2012) se encaixa naquilo que North (1990) denominou de efeito *path dependence*, isto é, um caminho de dependência que atua sob as instituições a partir do momento que o arranjo institucional é escolhido.

Mediante o exposto, os autores concluem que a combinação de instituições inclusivas e extrativas raramente se sustenta, isto é, uma ou outra acaba cedendo. Portanto, de acordo com Acemoglu e Robinson (2012), as instituições políticas e econômicas, que em última instância são sempre frutos de escolhas da sociedade, podem ser inclusivas, e estimular o crescimento e desenvolvimento econômico, ou extrativas, sendo um entrave ao mesmo.

5 | CRÍTICAS

Já vimos que em North (1990), Sachsida e Machado (2008) e Acemoglu e Robinson (2012) entre outros, as instituições boas e eficientes são responsáveis pelo crescimento e desenvolvimento econômico das nações. Como toda teoria não é uma verdade absoluta, a teoria institucionalista também tem inúmeras críticas. Aqui nosso foco será, principalmente, nos novos institucionalistas, de modo especial, em Douglass North que foi o mais abordado nesse estudo.

Um primeiro ponto que alguns autores discordam da teoria institucional é em relação à visão de que as boas instituições promovem o desenvolvimento econômico. O economista Ha-Joon Chang (2004) afirma que os países em desenvolvimento estão sendo pressionados pelos países desenvolvidos a adotar o que chamam de “políticas e instituições boas”, capazes de promover o desenvolvimento econômico.

As políticas adequadas, segundo o autor, seriam as recomendadas pelo Consenso de Washington, dentre elas: políticas macroeconômicas restritivas, liberalização comercial e financeira, privatização e desregulamentação, entre outros. Já as instituições de qualidade seriam as existentes nos países desenvolvidos, por exemplo, a democracia, um poder judiciário e banco central independentes, uma forte proteção aos direitos de propriedade, entre outros. Os argumentos utilizados são que essas políticas e instituições foram adotadas pelos países desenvolvidos quando

estavam em processo de desenvolvimento.

Todavia, Chang (2004) demonstra com evidências históricas, justamente o contrário, isto é, se os países hoje desenvolvidos, tivessem adotado o que recomendam para os países em desenvolvimento, eles não seriam o que são. Muitos deles, ao longo de sua trajetória de desenvolvimento, recorreram à políticas comerciais e industriais protecionistas, que atualmente consideram como políticas ruins. Além disso, antes de se tornarem países desenvolvidos, possuíam poucas das instituições que agora recomendam aos países em desenvolvimento.

Logo, na visão do autor, ao pregar essas políticas e instituições consideradas eficientes, os países desenvolvidos querem mais ver os seus concorrentes distantes que próximos de seus níveis de riqueza. Em outras palavras, indicando políticas ortodoxas, os países desenvolvidos estariam “chutando a escada”, em alusão ao título de seu trabalho, para que os países em desenvolvimento não consigam seguir os mesmos caminhos percorridos por eles para se desenvolver.

Outra crítica a teoria institucionalista, advém do economista Paulo Gala (2018), a crítica inicia com um questionamento, a saber: Como é possível, dentro de um país com o mesmo ambiente institucional, encontrarmos brutais diferenças de produtividade entre regiões e cidades? Em outras palavras, como explicar esse fenômeno se estão todos sob o mesmo manto institucional? Como explicar a diferença de produtividade, por exemplo, entre São Paulo e Sergipe? Segundo ele, a explicação da estrutura produtiva traz uma resposta que a abordagem institucional não é capaz de fornecer.

Na visão de Gala (2018), o hiato fundamental desse pensamento, está na base de toda nova economia institucional de Douglass North, que é a não separação dos diferentes tipos de atividades econômicas. Como exemplo, o autor assinala que cidades como Veneza e Florença passaram por notável desenvolvimento institucional na sequência dos séculos XV, XVI e XVII. Mas, o que desencadeou essa mudança institucional foi o enorme avanço manufatureiro dessas cidades. O advento de atividades com altíssimos retornos crescentes para a época, gerou excedentes econômicos enormes que acabaram por demandar novas formas institucionais.

O autor reconhece também que o processo caminhou no sentido inverso, com as novas instituições contribuindo para o aumento da produção e de geração de excedentes nos setores manufatureiros com altos retornos crescentes. Mas, não é possível fazer toda a análise institucionalista na linha que North faz, ignorando os diferentes tipos de atividades promovidas num país ou a complexidade produtiva de uma estrutura econômica.

De outro modo, não é correto colocar todas as atividades produtivas de um país em um mesmo barco como se elas se comportassem da mesma maneira apenas pelo fato de estar sob as mesmas regras (instituições), o que Gala (2018) chama a atenção é que as atividades produtivas são diferentes e complexas na estrutura produtiva da economia.

É evidente que estruturas produtivas complexas demandam um arcabouço

institucional mais sofisticado. Todavia, para Gala (2018), a simples garantia de contratos, bom sistema jurídico, garantia de direitos de propriedade, etc, não criarão por si só uma estrutura produtiva complexa. Da perspectiva apresentada por ele, a evolução institucional, surge, portanto, muito mais como consequência do que causa do aumento da complexidade econômica.

Velasco e Cruz (2003) também elabora críticas a teoria institucional, de modo especial ao trabalho de North (1990), no que diz respeito, por exemplo, aos casos empíricos analisados por North. Segundo ele, exceto o paralelo antigo com a Espanha imperial, ao longo de todo o texto, o lugar de destaque é o Terceiro Mundo, de modo especial a América Latina. Os exemplos de sucesso, com poucas menções à Europa continental, vêm da Inglaterra e dos Estados Unidos, e, nenhuma citação ao Japão, Coreia, ou a qualquer país asiático.

Outra questão que o autor aborda é que o ponto de partida de North (1990) é a discrepância inicial entre o caso de sucesso da Inglaterra e a trajetória de fracasso da Espanha, buscando suas razões. Em North (1990), as comparações são da mesma ordem, de um lado, a moldura institucional dos países avançados, de outro, o Terceiro Mundo, a América Latina, a África, onde essas condições não prevalecem. Mas, segundo Velasco e Cruz (2003), ao fazer isso North trata os sistemas nacionais como entidades discretas, apenas externamente relacionadas. O erro metodológico, consiste em tomar como unidades de análise independentes conjuntos sociais que só fazem sentido como elementos de um sistema maior que os envolve.

A teoria da mudança institucional de North, ignora o papel decisivo dos movimentos, as iniciativas e os resultados dos encontros que ocorrem no desenrolar do conflito. Em outras palavras, o esquema de North inclui o conflito, mas o mantém preso. E com relação ao processo, necessariamente conflitante de mudança, tudo o que o modelo tem a dizer, é: seu resultado depende do poder de barganha das partes. Isto é, conhecida a situação antecedente e o poder de barganha, seria possível deduzir o resultado do conflito e, logo, o sentido e o alcance da mudança institucional. (VELASCO E CRUZ, 2003)

Mas, segundo o autor, para o lado político e a ciência política, o que fica de fora é o principal. Vale salientar, o conflito em sua dinâmica própria, como produtor de efeitos de realidades, entre eles: a redefinição dos objetivos perseguidos pelos atores envolvidos, suas preferências e mesmo sua identidade.

Além disso, ao falar dos conflitos, North (1990) deixa de considerar a maneira como agem os atores quando mergulhados em situações de crise. Nas crises, a incerteza se eleva e pode atingir níveis intoleráveis em seus momentos de pico. O argumento de North, na visão do autor, diz como tudo termina: no final das contas, instituições serão criadas, ficando domada a incerteza no quadro de um novo equilíbrio. Mas, indaga Velasco e Cruz (2003), essa solução não diz muito, ela toma como certo um resultado que não está previamente garantido. Ademais, ela parece desconhecer que em situações desse tipo, um dos componentes principais do problema é a disputa

entre diferentes soluções institucionais para a crise.

Por fim, Toyoshima (1999) também tece críticas pontuando que a teoria dos novos institucionalistas, embora tenha avançado em muitos pontos, parece insuficiente na medida em que não permite considerar adequadamente diversos aspectos da evolução social não redutível a fatores econômicos. Neste sentido, a autora indica que essa teoria, ao que aparenta, não contribui significativamente para tornar o *mainstream* mais capacitado a analisar muitas das questões histórico-institucionais enfatizadas pelas várias correntes heterodoxas do pensamento econômico.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou mostrar como a teoria institucionalista influencia no crescimento e desenvolvimento econômico dos países, e como as instituições são um motor importante que movimenta todo esse processo.

A conclusão principal do modelo de North é que a evolução dos países pode ser entendida como um processo de redução dos custos, de forma geral enfatiza-se aqui os custos de transação que é central na teoria, mas obviamente, existem outros. As instituições em seu modelo servem para reduzir as incertezas dos mercados imperfeitos. As economias que apresentam bom desempenho econômico são aquelas que conseguiram reduzir seus custos de transação, que existem devido à imperfeição dos mercados.

Em síntese, pode-se dizer que os países desenvolvidos dotados de instituições eficientes reduzem as incertezas, e com menos incerteza, os custos de transação reduzem e, com custos menores, os indivíduos podem melhor fazer suas escolhas de modo a aperfeiçoar seus resultados e aumentar seu bem-estar, contribuindo assim para um bom crescimento econômico.

Por outro lado, nos países em desenvolvimento com instituições ineficientes, acontece o contrário, aumentam-se as incertezas, que por sua vez implicam em maiores custos de transação, dado o alto grau de incerteza. Desse modo, isso contribui para que os indivíduos não consigam identificar as melhores alternativas e, portanto, não obtenha melhores resultados, sendo, no agregado, um entrave ao crescimento econômico do país.

Ao longo de todo o artigo, enfatizaram-se muito as questões institucionais que é o foco da teoria. Contudo, não é possível descartar a importância de outras variáveis para o crescimento econômico, tais como: a acumulação de capital, o acesso às tecnologias, elevados níveis de poupança, além de uma boa educação, um bom sistema de saúde entre outros. Todavia, o que os institucionalistas defendem é que, na ausência de instituições eficientes (inclusivas), sinaliza que a efetividade dessas outras variáveis mencionadas se torna frágil. Isto significa que são as instituições que garantem toda a base para o sistema político e econômico dos países, ou seja, sem elas, tudo o mais fica comprometido.

Nesse sentido, é importante ressaltar que, será insuficiente um país ter uma população com alto nível intelectual, se no cenário político e econômico não se vislumbrarem expectativas e oportunidades que reflitam melhorias em prol da sociedade como um todo. Além disso, pouco adianta um país ter recursos naturais abundantes e um clima favorável que possibilitem vantagens competitivas internacionais em diversos segmentos de mercado, se não houver uma base que garanta a distribuição do poder político e econômico ao maior número possível de indivíduos. Logo, caso isso ocorra, o país rumará à estagnação. Contudo, nenhum país está fadado ao fracasso eternamente, é possível visualizar uma inflexão nesse processo. Os autores vislumbram uma saída a partir da possibilidade de mudanças nas trajetórias institucionais vigentes.

Ademais, podemos concluir que o institucionalismo fornece grandes bases para o desenvolvimento econômico dos países e, portanto, se uma nação deseja alcançar um crescimento e desenvolvimento de longo prazo sustentado, é válido considerar todo aparato institucional de seu país, ou seja, observar a história das instituições e, traçar mudanças institucionais necessárias, seja nas regras formais ou informais, que conduzam ao desenvolvimento almejado.

Como contribuições futuras a este trabalho, sugerem-se buscar e investigar evidências empíricas para analisar melhor os efeitos das instituições nos mais diversos países, desenvolvidos ou em desenvolvimento. Isto é, recorrer a métodos de inferência estatística para melhor quantificar esse resultado, e, adicionalmente, traçar mecanismos que possam auxiliar no caminho a serem percorridos pelos países em busca de novos desenvolvimentos.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. **Por que as nações fracassam**. Nova York, Elsevier Campus, 2012.

CHANG, H.J. **Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araújo, São Paulo, Editora Unesp, 2004.

FIANI, R. **Cooperação e conflito: instituições e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2011.

GALA, P. A teoria institucional de Douglass North. **Revista de Economia Política**, Vol. 23, Nº02, p.89-105, 2003.

GALA, P. **Uma crítica à teoria institucional de Douglass North a partir da perspectiva de complexidade econômica**. Disponível em: <<http://www.paulogala.com.br/uma-breve-critica-a-teoria-institucional-de-douglass-north-a-partir-da-perspectiva-da-complexidade-economica>>, acesso em: 31/07/2018.

HODGSON, G.M. "What are institutions?". **Journal of Economic Issues**, vol. 40, nº 1.p.1-25, 2006.

HODGSON, G.M. The revival of veblenian institutional economics. **Journal of Economic Issues**, Armonk (USA), v. 41, n. 2, p. 325-340, 2007.

LOPES, H.C. Instituições e crescimento econômico: os modelos teóricos de Thorstein Veblen e

Douglass North. **Revista de Economia Política**, vol. 33, nº 4 (133), pp. 619-637, 2013.

NORTH, D. **Institutions, Institutional Change and Economic performance**. Cambridge University Press, Cambridge, 1990.

NORTH, D. Institutions. **The Journal of Economic Perspectives**, Vol. 5, Nº 01, p. 97-112, 1991.

NORTH, D. Economics performance through time. **The American economic review**, vol. 84, nº 3, p. 359-368, 1994.

NORTH, D. **Desempeño Económico en el Transcurso de los Años**. Estocolmo, 1998. Disponível em: <<https://www.azc.uam.mx/publicaciones/etp/num9/a2.htm>>, acesso em: 17 de outubro de 2017.

NORTH, D. **Instituições, mudança institucional e desempenho econômico**. Tradução Alexandre Morales. São Paulo: Três estrelas, 2018.

PIAIA, T.C. Instituições, organizações e mudança institucional: Análises e perspectivas. **Justiça do Direito**, vol. 27, nº 2, p. 257-274, 2013.

SACHSIDA, A., MACHADO, J.B.B. **Fatores determinantes da riqueza de uma nação**. Rio de Janeiro: Interciência, 2008.

SCHMID, A. ALLAN. **Conflict and cooperation**. Malden, Massachusetts: Blackwell Publishing, 2004.

TOYE, J. The new institutional economics and its implications for development theory. In: HARRIS, J.; HUNTER, J.; LEWIS, C.M. (ed). **The new institutional economics and third world development**. Londres, Routledge, 1995.

TOYOSHIMA, S. Instituições e Desenvolvimento Econômico - Uma Análise Crítica das Idéias de Douglass North, Ipe-Usp, **Estudos Econômicos**, Vol. 29, Nº 01 p. 105-112, 1999.

VELASCO e CRUZ, S.C. Teoria e História: Nota Crítica sobre o Tema da Mudança Institucional em Douglass North. **Revista de Economia Política**, Vol.5, Nº 01 (90), p. 106- 122, abril-junho/2003.

SOBRE A ORGANIZADORA

Jaqueline Fonseca Rodrigues – Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, PPGEP/UTFPR; Especialista em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, PPGEP/UTFPR; Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG; Professora Universitária em Cursos de Graduação e Pós-Graduação, atuando na área há 15 anos; Professora Formadora de Cursos de Administração e Gestão Pública na Graduação e Pós-Graduação na modalidade EAD; Professora-autora do livro “Planejamento e Gestão Estratégica” - IFPR - e-tec – 2013 e do livro “Gestão de Cadeias de Valor (SCM)” - IFPR - e-tec – 2017; Organizadora do Livro “Elementos da Economia - 1” – e “Conhecimento na Regulação no Brasil” - Editora Atena – 2018 e 2019 e Perita Judicial na Justiça Estadual na cidade de Ponta Grossa – Pr.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-319-4

